

Indicações

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (16) os vereadores apresentaram 8 indicações.

Indicação 288/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal a realização de palestras e cursos de capacitação aos servidores responsáveis pela construção de rampas e outras obras de acessibilidade.

Indicação 289/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica ao presidente da Associação Comercial e Empresarial a contratação de pessoas com deficiências, independente da deficiência física, mas baseado na capacidade profissional.

Indicação 290/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal a instalação de bebedouro no Terminal Rodoviário “Radialista Manoel Moreno”.

Indicação 291/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal a instalação de lombadas eletrônicas na Rodovia Manílio Gobbi, em frente ao Conjunto Habitacional Dona Lina Leuzzi.

Indicação 292/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal a construção de um pontilhão para o acesso ao Conjunto Habitacional Dona Lina Leuzzi.

Indicação 293/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal a regularização dos imóveis do Loteamento Rancho Alegre.

Indicação 294/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal a pavimentação asfáltica das principais ruas do Loteamento Rancho Alegre.

Indicação 295/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal a realização de estudos para a viabilização e construção de novo Distrito Industrial e Empresarial.

Requerimentos

*Vereadores fazem
questionamentos à Prefeita
Almira Garms*

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 16 de outubro, a Câmara de Vereadores aprovou 10 requerimentos.

Requerimento 131/2017, de autoria do vereador Vitor Bini, que requer à Prefeita Municipal informações sobre solicitações de novas empresas no âmbito do PRODES (Programa de Desenvolvimento Social e Econômico) e construção do Distrito Industrial II, previsto na LDO de 2018.

De acordo com a justificativa do requerimento, o atual espaço do Distrito Industrial, apesar de bem aparado pelo PRODES, poderia ser replicado com novas normas, mantendo, porém, os dispositivos concedidos pela lei.

“Acreditamos que o provimento de um novo distrito seja crucial para o desenvolvimento do município, gerando emprego, renda e instrução profissional para nossa cidade.

Por fim, indicamos à prefeita que faça estudos para estipular novas regras que facilitem a instalação de empresas locais já existentes e outros atrativos para que novas empresas se instalem no município”, explicou Vitor Bini.

Requerimento 132/2017, de autoria do vereador Ian Salomão, que requer à Prefeita Municipal informações referentes ao reembolso cedido pelo Poder Executivo aos alunos de nosso município, que dependem de transporte para se locomoverem até as cidades de nossa região nas quais estudam.

“É um desejo dos nossos estudantes que a porcentagem do reembolso oferecido atualmente seja majorado, pois muitos desses estudantes são dependentes dos seus pais ou tem a renda comprometida com as despesas de suas casas, e uma redução dessa despesa viria ao encontro aos anseios dos mesmos”, explicou Ian.

O requerimento questiona quantos alunos são contemplados com o reembolso; e se há previsão de aumento do valor desse reembolso ofertado aos alunos para o ano de 2018.

Requerimento 133/2017, de autoria do vereador Cícero Policial, com assinatura de apoio dos vereadores Ian Salomão e Vitor Bini, que requer à Prefeita Municipal informações quanto ao fornecimento de kits de uniformes aos alunos da rede municipal de ensino.

Em matéria publicada na imprensa em fevereiro de 2017, a secretária de educação esclareceu que não seriam fornecidos no presente ano os kits de uniformes, pois em 2018 às fábricas de nossa cidade participariam do pregão, para o fornecimento dos mesmos.

De acordo com o vereador Cícero, “o uniforme é o meio utilizado para identificação e segurança dos alunos da rede municipal de ensino, além disso, muitos pais não possuem recursos para compra de materiais e com certeza esse kit seria de grande ajuda. Diante disso, através da Indicação 226/2017, foi sugerido que, com a chegada do inverno, fosse fornecido ao menos blusa”.

O requerimento questiona quando será retomado o fornecimento de kits de uniformes aos alunos da rede municipal de ensino.

Requerimento 136/2017, de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que requer à Prefeitura Municipal informações quanto a possibilidade de disponibilizar nas instituições de saúde todos os dados relativos ao atendimento e ao médico que presta serviços no local.

De acordo com a justificativa do requerimento, se tais informações estivessem em local visível ao público e de fácil acesso, uma série de constrangimentos seriam evitados, pois estes dados poderiam ajudar o paciente, que muitas vezes é encontrado em estado de fragilidade física e emocional, pela própria situação patológica a que está acometido.

“A medida tende a garantir mais transparência, lembrando que a melhor forma de democratização também inclui a disponibilização de informação, que orienta, aproxima e humaniza”, disse a vereadora Luciana.

Requerimento 137/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Josimar Rodrigues e Junior Baptista, que requer à Prefeitura Municipal informações sobre possíveis mudanças na rede de ensino municipal.

Segundo o vereador Serginho, muitos munícipes o procuraram recentemente preocupados com as mudanças propostas na rede municipal de educação. De acordo com as queixas recebidas, a creche atenderá basicamente em período parcial, com exceção daqueles que atendam aos seguintes critérios: comprovação de que os pais trabalham; comprovação de renda per capita de R\$ 250,00; entrevista com a assistente social

“A medida contraria a meta da ampliação da educação, estabelecida não somente em nosso município, mas nos mais diversos Estados. Inclui a matriz discursiva do Programa Mais Educação, coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação, inspira a implementação do tempo integral no âmbito da educação infantil”, disse Serginho.

Ainda de acordo com o requerimento, quanto ao transporte escolar, os pais dos alunos que utilizam tal recurso, foram convidados à irem à unidade escolar em que seu filho estuda e foram notificados de que devem matricular seus filhos em escolas próximas às suas residências para que o transporte seja mantido, sendo que, no caso em que os pais se recusarem a matricular seu filho em escola próxima à sua residência, os mesmos são obrigados a assinar um termo no qual eximem a administração pública da obrigação do transporte escolar e assumem tal responsabilidade.

“Assim, necessário que tenhamos informações para as medidas a serem tomadas e o esclarecimento à população, que reivindica a permanência do período integral nas creches e a manutenção do transporte escolar para a escola que desejarem frequentar. Ademais, não se pleiteia a ampliação, mas tão somente a continuação de um serviço público há anos oferecido pelo Poder Executivo Municipal”, explicou o autor do requerimento.

Requerimento 138/2017, de autoria do vereador Ian Salomão, com assinatura de apoio dos vereadores Cícero Policial, Serginho, Vitor Bini e Dr. Ricardo, que requer à Prefeitura Municipal informações quanto a pavimentação e recapeamento das ruas José Jacob Ferreira, Érico Veríssimo, Guimarães Rosa e Guilherme de Almeida.

A Lei nº 2.943, de 07/07/2015, autorizou o Poder Executivo a efetuar abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 284.063,98 para a execução de obras e instalações de Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas - Rua José Jacob Ferreira (entre Av. Galdino e Rua Cel. Sanches Figueiredo), Rua Érico Veríssimo, Rua Guimarães Rosa e Rua Guilherme de Almeida (entre R. Arthur Ebel e Rua José L. Paiva).

Neste sentido, inúmeros requerimentos foram protocolizados na Câmara de Vereadores solicitando informações quanto ao processo licitatório necessário para a efetivação das obras. “Ocorre que, até a presente data, somente obtivemos respostas evasivas e, tendo em vista que a data do término da vigência da proposta dar-se-á em 05/11/2017, sob pena do município ter que devolver ao Ministério das Cidades R\$ 245.850,00, é que buscamos informações”, disse Ian Salomão.

Requerimento 139/2017, de autoria do vereador Josimar Rodrigues, com assinatura de apoio dos vereadores Serginho e Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações sobre cumprimento de dispositivo da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos.

A referida Lei impede que o poder público contrate servidores ou empresas nas quais esses atuem como sócios, proprietários, dirigentes, etc. Essa vedação evita que a contratação afronte o princípio da igualdade, da competitividade e da moralidade, tendo em vista que o servidor poderia obter informações privilegiadas em relação aos demais concorrentes.

“Queremos informações para que possamos entender como são os procedimentos da administração municipal perante essa vedação”, explicou Josimar.

Requerimento 140/2017, de autoria do vereador Paulo Japonês, que requer à Prefeita Municipal informações sobre os recursos provenientes da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo SAA-SP, para a pavimentação da estrada de acesso ao loteamento Rancho Alegre.

De acordo com informações obtidas por meio de outro requerimento, foi informado ao vereador Paulo que foi liberado recurso para construção de uma indústria de beneficiamento de laticínios, sendo que, nesta mesma iniciativa, existe recurso financeiro para readequação das estradas de acesso Casa de Maria e ao Loteamento Rancho Alegre, carecendo de análise e aprovação do projeto pela SAA-SP.

“Uma vez que a ausência do asfalto deixa os moradores locais desamparados, causa transtornos e dificulta o trajeto para as demais regiões, necessário obter informações para que possamos tomar as medidas cabíveis no sentido de consumir esse anseio dos paraguaçuenses”, disse Paulo Japonês.

Requerimento 141/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio do vereador Josimar Rodrigues, que requer à Prefeita Municipal informações referentes ao Conselho Municipal de Educação.

O vereador Serginho falou sobre o requerimento: “Buscamos informações para entendermos as justificativas para as alterações propostas para o ano de 2018 quanto ao atendimento das creches. Algumas medidas não atendem às necessidades das famílias que necessitam do atendimento das creches e vai contra as metas do Plano Nacional de Educação, que orienta os municípios a estimularem o período integral na educação infantil.

Requerimento 142/2017, de autoria do vereador Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações quanto aos repasses feitos pela Prefeitura Municipal à Cooperativa Paraguaçuense de Catadores de Materiais Recicláveis – COOPACAM.

A COOPACAM foi fundada no ano de 2012, com o apoio da Prefeitura e da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp/Assis, sendo de extrema importância ao município, não só para a destinação de uma boa parte dos materiais recicláveis, mas também como fonte de renda a várias famílias.

O requerimento questiona qual o valor dos repasses feitos pelo Poder Executivo a COOPACAM; se houve alguma prestação de contas; e, em caso afirmativo, se poderiam ser fornecidas cópias das mesmas.



Vereadores aprovam requerimentos

Altruísmo

Câmara parabeniza ETEC por auxílio a transplante de aluno

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (16), a Câmara de Vereadores aprovou moção de autoria do vereador Junior Baptista, assinada pelos demais vereadores, que parabeniza os funcionários e alunos da ETEC Augusto Tortolero Araújo pela realização de uma arrecadação de fundos na unidade escolar, objetivando possibilitar o transplante de córnea do aluno Gabriel Silva Bueno.

Gabriel é aluno do 1º módulo do curso de Técnico em Agropecuária; no dia 18 de agosto de 2017, através das redes sociais, os integrantes da escola - que tem aproximadamente 500 alunos e 40 funcionários - tomaram conhecimento de que o aluno seria submetido a um procedimento cirúrgico (transplante de córnea) e que havia uma campanha para arrecadação de fundos.

Assim, na manhã do dia 21 de agosto, o assunto constou como uma das pautas da reunião da direção com os professores coordenadores de cursos que, de imediato, se prontificaram a colaborar. Ainda na manhã do mesmo dia, a coordenação da ETEC conversou com o aluno e posteriormente com a sua genitora, para ter mais informações e saber se os mesmos autorizavam a realização de uma arrecadação voluntária na unidade escolar.

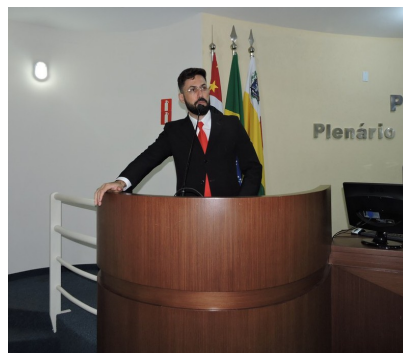
A mãe do aluno informou que Gabriel já tinha perdido 100% da visão de um olho e que do outro restava apenas 12%, sendo que esse olho necessitava de um transplante urgente, pois estava apresentando um ressecamento e que havia o risco de perder a visão, caso não fosse realizado o transplante em tempo hábil.

Também informou que a cirurgia seria realizada no hospital em Sorocaba, e que para isso ela necessitava da quantia de R\$ 3.500,00, e que até o momento só havia arrecadado R\$ 300,00, através das redes sociais. Na ocasião, informou ainda que a cirurgia estava marcada para o dia 25/08/2017 e que ele iria comparecer às aulas somente até o dia 23, porque dia 24 seria destinado a exames pré operatórios.

Com essas informações e com a autorização e consentimento da mãe e do filho, os coordenadores percorreram todas as salas da escola nos três períodos, explicando para os alunos a urgência, e pedindo uma contribuição voluntária, pois, como o dinheiro precisava ser arrecadado em um período tão curto, não houve tempo de confeccionar rifas ou talões.

Neste sentido, os funcionários da ETEC também procuraram para ofertar suas contribuições. No dia 22/08/17 novamente foram visitadas todas as salas de aula, nos três períodos, para arrecadar as contribuições. Houve um grande empenho de todos. Da professora Vanessa Salum, que realizou a venda de mimos e de muitos alunos, que, além da contribuição pessoal, também arrecadaram junto a vizinhos e familiares.

No dia 23/08/2017, quarta-feira e último dia que o Gabriel viria na aula antes da cirurgia foi feita a contagem do valor arrecadado e entregue para a mãe a quantia de R\$ 2.641,95. "Foi uma campanha extremamente curta, porém, que envolveu toda a comunidade escolar, contribuindo nesse momento tão delicado e especial da vida do Gabriel", disse o vereador Junior.



Junior parabeniza escola

Condolências

Câmara manifesta pesar pelo falecimento da vereadora Quitéria

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 16 de outubro, a Câmara de Vereadores aprovou moção de autoria do vereador Serginho, com assinatura dos demais vereadores, que manifesta pesar pelo falecimento da vereadora Quitéria Braz da Silva Santos, ocorrido no último dia 1º de setembro.

Quitéria nasceu na cidade de Altino, Pernambuco, em 1947. Filha de Maria Soares da Silva e Luiz Braz da Silva, Quitéria casou-se com Esmeraldino Petronilo dos Santos, em setembro de 1969.

Dez anos depois, o casal que já tinha os filhos Sivaldo, Evandro e Edivaldo, mudou-se para Paraguaçu Paulista, tentando buscar melhor qualidade de vida e oportunidades para a família.

Como pessoa engajada em atender os mais necessitados e a buscar o exercício pleno da democracia, sempre atenta aos problemas e às injustiças sociais, Quitéria foi líder comunitária no bairro onde residia, a Vila Marin. Assim, em 1995, Quitéria tomou posse como vereadora na 11ª Legislatura (1993/1996) para suprir vacância do cargo deixado pelo vereador Oscar Porfírio Neto, falecido em novembro de do mesmo ano.

Demonstrando sua dedicação e compromisso com o bem da população, nas eleições subsequentes foi eleita vereadora da 12ª Legislatura (1997/2000), cargo que ocupou com compromisso e honestidade, honrando a confiança de seus eleitores.

“A vereadora Quitéria tinha uma relação muito próxima com todos os vereadores, era firme no que acreditava e sempre almejava fazer o melhor trabalho, companheira indescritível que deixa uma lacuna dentro e fora da Câmara Municipal na defesa da sociedade paraguaçuense”, disse o vereador Serginho.

Porém, seu estado de saúde frágil a afastou da luta pelos direitos dos cidadãos e, após uma longa batalha, Quitéria faleceu em sua cidade do coração, Paraguaçu Paulista, no dia 1º de setembro de 2017.

“A vereadora contribuiu muito para a nossa sociedade e se fará eterna pelos seus ensinamentos e sua história de vida”, finalizou Serginho.



Serginho fala sobre a vereadora



Vereadora Quitéria

Exposição

Câmara manifesta repúdio ao Bando Santander

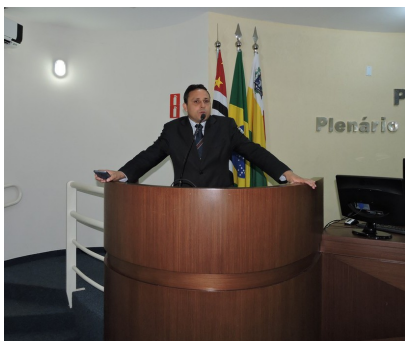
Reunida em Sessão Ordinária na segunda-feira (16), a Câmara de Vereadores aprovou moção de autoria do vereador Josimar Rodrigues, assinada pelos demais vereadores, que manifesta repúdio ao Banco Santander pela exposição Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, realizada no Santander Cultural, em Porto Alegre – RS.

A referida exposição foi patrocinada pelo Banco Santander e pelo Governo Federal, por meio da Lei Rouanet (de incentivo à cultura), e ganhou destaque em toda mídia nacional por ter sido interrompida após a acusação de fazer apologia à pedofilia e à zoofilia. Reunia mais de 270 obras, de 90 artistas plásticos.

De acordo com o texto da moção, “a exposição, que pretendia demonstrar o contraditório, fazer as pessoas pensarem, acabou levando alunos para verem cenas chocantes, pois supostamente promovia a pedofilia, cristofobia e zoofilia”.

Assim, a exposição sofreu ataques e ameaças do grupo de direita MBL (Movimento Brasil Livre). Diante disso, a direção do espaço cultural encerrou a exposição um mês antes do previsto. “É inaceitável uma exposição de artes, patrocinada pelo Governo Federal em R\$ 1 milhão e também por R\$ 800 mil reais pelo Santander incentivando terríveis situações de prostituição infantil, envolvendo a família brasileira”, disse o vereador Josimar.

Ainda segundo o vereador Josimar Rodrigues, foi “um dinheiro mal gasto com obras fazendo escárnios ao cristianismo. Os cidadãos e artistas têm o direito de se manifestarem, desde que não ofendam o outro como foi o caso. Repudiamos a proposta feita pelo governo, que tende a banalizar a relação homossexual e a usar de maneira irreverente símbolos religiosos, em respeito à sensibilidade religiosa das pessoas e em relação, pois, se querem respeito devem respeitar e não chocar”, finalizou.



Josimar repudia exposição

Homenagem

Vereador João Rio, falecido em 2014, será reconhecido na Câmara

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (16), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de decreto legislativo, de autoria do vereador Paulo Japonês, que dispõe sobre o reconhecimento ao vereador João Rio Zampronio Villarino, pelos 32 anos de serviços prestados ao município durante 7 mandatos eletivos no cargo de vereador.

“No mandato 2009/2012 tive o privilégio de ocupar uma cadeira neste Legislativo ao lado do vereador João Rio, inclusive compondo ao seu lado duas Mesas Diretoras, nas quais ele ocupou o cargo de vice-presidente. Sempre envolvido em causas sociais de nossa cidade, é inegável a sua colaboração com a história de Paraguaçu Paulista e também deste Poder Legislativo, razão esta que me fez elaborar este projeto, visando a justa homenagem”, disse o vereador Paulo.

João Rio foi vereador durante os períodos: 7ª Legislatura 1973-1976; 8ª Legislatura 1977-1982; 9ª Legislatura 1983-1988; 12ª Legislatura 1997-2000; 13ª Legislatura 2001-2004; 14ª Legislatura 2005-2008; e 15ª Legislatura 2009-2012.

O registro desse reconhecimento se dará por meio de gravura contendo a foto, nome e informações alusivas ao feito, a qual será afixada no rol das homenagens no átrio da Câmara Municipal, para conhecimento público.



Vereador João Rio será homenageado

Auxílio

Câmara aprova projeto da prefeita em prol da Associação de Combate ao Câncer

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (16), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria da prefeita Almira Garms, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Departamento Municipal de Saúde, Termo de Fomento com a Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer. A entidade realiza, desde 1995, assistência e suporte às pessoas carentes, portadoras de câncer.

De acordo com o plano de trabalho apresentado pela entidade, a expectativa é de realizar 200 atendimentos no período de 12 meses. Para a execução das ações e atividades previstas na parceria, serão destinados recursos financeiros no montante total de R\$ 8.940,00, que serão repassados em 12 parcelas mensais de R\$ 745,00.

Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexigibilidade, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas entidades em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.

Pista de Caminhada

Câmara aprova projeto para finalização da obra

Aprovado na Sessão Ordinária de segunda-feira (16) projeto de lei de autoria da prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2017, no Departamento de Turismo, visando a conclusão da obra da Pista de Caminhada – Etapa Final (Convênio 124/2013).

Piscina Semiolímpica

Câmara aprova projeto para continuidade das obras

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (16), a Câmara aprovou projeto de autoria da prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar ao Orçamento Programa 2017, no Departamento de Esporte e Lazer, visando a conclusão da obra da Piscina Semiolímpica (Contrato OGU nº 0337324-32/2010 – SICONV 747553/2010).

O crédito de R\$ 48.673,91 será destinado ao atendimento do Projeto 1023 – Construção de Unidades Esportivas e pagamento de despesas com obras e instalações (Piscina Semiolímpica). A abertura do referido crédito suplementar é necessária para retomar e concluir a obra da Piscina Municipal, nos termos da reprogramação aprovada junto à Gerência Executiva da Caixa (GIGOV) – Presidente Prudente.

Por conta do crédito, ora aberto, fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.066, de 2 de janeiro de 2017.

O crédito de R\$ 381.800,39 será destinado ao atendimento do Projeto 1021 – Infraestrutura Turística do Município, pagamento de despesas com obras e instalações. São R\$ 364.231,16 de repasse estadual e R\$ 17.569,23 de contrapartida do município.

O Convênio 124/2013 foi celebrado com a Secretaria de Estado de Turismo, por intermédio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR). A vigência do Convênio foi de 6 de dezembro de 2013 a 6 de dezembro de 2015. A obra em questão, parte final da Pista de Caminhada, no entanto, não foi executada.

A atual Administração, desde o início do ano, vem realizando tratativas com o DADETUR para solucionar os problemas de obras paradas decorrentes de convênios. O Convênio 124/2013 é mais um dos convênios parados que a Administração recebeu autorização para dar continuidade.

O crédito será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro do exercício corrente e da anulação parcial ou total de dotações. Segundo o Departamento de Administração e Finanças da Prefeitura, a abertura do referido crédito especial é necessária para retomar a obra da Pista de Caminhada.

Por conta do crédito, ora aberto, fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.066, de 2 de janeiro de 2017.

Executivo

Câmara aprova abertura de crédito para diversas atividades no município

A Câmara de Vereadores aprovou, na Sessão Ordinária de segunda-feira (16), projeto de autoria da prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento Programa 2017, nos diversos departamentos municipais, para atendimento de diversas atividades.

O crédito adicional suplementar tem o valor de R\$ 4.222.592,21, e será utilizado para reforçar a dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais dos diversos departamentos municipais, para atendimento das seguintes atividades:

- I - Atividade 2004, Manutenção do Serviços de Gabinete, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil e obrigações patronais;
- II - Atividade 2007, Manutenção da Junta Militar e Tiro de Guerra, pagamento de despesas com obrigações patronais;
- III - Atividade 2090, Manutenção do Sistema de Controle Interno, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil, obrigações patronais – intra orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;
- IV - Atividade 2012, Manutenção da Diretoria do Departamento - DEAF, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil e obrigações patronais;

V - Atividade 2017, Manutenção da Diretoria do Departamento - DOSP, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil, obrigações patronais – intra orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

VI - Atividade 2038, Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil;

VII - Atividade 2042, Manutenção de Creches e Pré-Escola, Ensino Infantil, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil, obrigações patronais, obrigações financeiro-orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

VIII - Atividade 2043, Manutenção do Ensino Fundamental, Ensino Fundamental, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil, obrigações patronais, obrigações financeiro-orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

IX - Atividade 2024, Implementação do UBS, Fundo Municipal de Saúde, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

X - Atividade 2025, Departamento PSF, pagamento de despesas com obrigações patronais – intra orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

XI - Atividade 2026, Operação de Assistência Farmacêutica, pagamento de despesas com obrigações patronais – intra orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

XII - Atividade 2030, Ambulatório de Especialidades - Média Complexidade, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil;

XIII - Atividade 2033, Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças, pagamento de despesas com obrigações patronais – intra orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

XIV - Atividade 2035, Suporte Administrativo, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil, obrigações patronais – intra orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

XV - Atividade 2064, Manutenção da Diretoria de Assistência Social, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil;

XVI - Atividade 2052, Manutenção Diretoria de Segurança, Trânsito e Transportes – DESETRANS, pagamento de despesas com obrigações patronais;

XVII - Atividade 2079, Manutenção da Diretoria de Assuntos Jurídicos – DEAJUR, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil;

XVIII - Atividade 2050, Manutenção da Limpeza Pública, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS;

XIX - Atividade 2009, Manutenção da Diretoria de Planejamento, pagamento de despesas com obrigações patronais;

XX - Atividade 2015, Manutenção da Diretoria de Indústria, Comércio e Serviços, pagamento de despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, obrigações patronais – intra orçamentário e aporte para cobertura do deficit atuarial do RPPS.

O crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente (R\$ 20.000,00) e da anulação parcial ou total de dotações (R\$ 4.202.592,21).

Executivo

Câmara aprova crédito para a educação

Na Sessão do dia 16 de outubro, segunda-feira, a Câmara de Vereadores aprovou projeto da prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento Programa 2017, no Departamento de Educação.

O crédito suplementar, no valor de R\$ R\$ 200.000,00 será utilizado na manutenção da alimentação escolar, pagamento de despesas com material, bem ou serviço para distribuição gratuita.

O crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações. Por conta do crédito, ora aberto, fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.066, de 2 de janeiro de 2017.

Lixo Urbano

Câmara autoriza renovação de contrato com empresa

A Câmara de Vereadores aprovou, na Sessão Ordinária de segunda-feira (16), projeto de lei de autoria da prefeita Almira Garms, que autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar o prazo da delegação dos serviços públicos de transbordo, transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (lixo urbano), no âmbito territorial do Município, nos termos da Lei nº 2.913/2014.

O art. 3º da Lei 2.913/2014 estabeleceu que a concessão teria o prazo de 6 meses, prorrogáveis por mais 6, mediante autorização legislativa. Estabeleceu também que, se na vigência do contrato de concessão o Consórcio Intermunicipal do Vale Paranapanema (CIVAP) disponibilizasse esses serviços, o município seria obrigado a fazer novos cálculos adotando o melhor preço.

A empresa contratada para a execução dos serviços foi a Monte Azul Engenharia Ltda, da cidade de Araçatuba, conforme consta do Termo Contrato nº 059/2014. A última prorrogação de contrato foi autorizada pela Lei Municipal nº 3.107, de 18 de abril de 2017, e formalizada por meio do Termo Aditivo de Contrato nº 039/2017, com vigência até 24 de outubro de 2017.

De acordo com o Termo Aditivo de Contrato nº 039/2017, o valor da tonelada de resíduo sólido urbano era de R\$ 197,88.

No final do mês de julho de 2017 a Administração Municipal, considerando a dificuldade financeira causada em grande parte pela redução na arrecadação fiscal e pela ocorrência de fatos extraordinários (incêndio), realizou tratativas com a empresa Monte Azul e conseguiu reduzir o valor da tonelada de resíduo sólido urbano para R\$ 140,00, formalizada por meio do Termo Aditivo de Contrato nº 087/2017.

Como até o momento o CIVAP ainda não disponibilizou nenhum tipo de serviço de transbordo de resíduos sólidos urbanos, o município consultou a empresa Monte Azul sobre o interesse em renovar o Contrato nº 059/2014, sendo que a mesma manifestou interesse na renovação.



Câmara aprova projeto da prefeita

Postos de Combustíveis

Câmara aprova em 1º turno nova regra para a instalação de postos no município

Na Sessão Ordinária realizada na segunda-feira, 16 de outubro, a Câmara de Vereadores aprovou, por 7 votos favoráveis e 5 contrários, e em 1º turno, dois projetos de lei complementar de autoria do vereador Paulo Japonês.

Estes projetos visam a alteração do Código de Posturas e do Código de Obras do Município, tratando das restrições para a instalação de postos de combustível na cidade.

De acordo com a justificativa do vereador Paulo, atualmente, as leis municipais preveem uma distância mínima de 100 metros entre depósitos de combustíveis e edifícios, hospitais, escolas, creches, templos e igrejas. Porém, essa distância inviabilizaria a instalação de novos postos na cidade, que poderiam gerar mais empregos e concorrência por melhores ofertas.

“Existem antigos postos na cidade que hoje estão próximos a escolas, igrejas, postos de saúde, devido a instalação ser anterior a lei, e que nunca geraram algum tipo de problema à população”, destaca a justificativa dos projetos.

Ainda de acordo com os projetos, em 1998, data do Código de Posturas da cidade, a tecnologia empregada na fabricação dos tanques de armazenamento de combustíveis era totalmente diferente, justificando a preocupação. Hoje em dia, os tanques são fabricados dentro dos mais altos padrões de segurança, oferecendo baixíssimo risco para a vizinhança dos postos de combustíveis.

Presidente Ian Salomão conquista verba de quase 110 mil para saúde

Dessa forma, a proibição de distância mínima de 100 metros para a instalação de depósitos inflamáveis não condiz com a realidade local e nem com as normas e regulamentos editados pelos mais diversos órgãos ou entidades, constatando assim a necessidade de alterações, estando em concordância com as normas e regulamentos editados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e/ou órgão ambiental competente.

Foram favoráveis às alterações os vereadores Paulo Japonês, Luciana da Adepta, Marinho Thimoteo, Márcio da São José, Josimar Rodrigues, Neide Teodoro e Paraná do Sindicato. Foram contrários os vereadores Vitor Bini, Serginho, Junior Baptista, Cícero Policial e Dr. Ricardo.

Para que sejam definitivamente aprovados, os projetos precisam passar por mais uma votação, o 2º turno, e dependem de no mínimo 7 votos favoráveis.



Paulo Japonês tem projeto aprovado

O vereador e presidente da Câmara Ian Salomão acaba de conquistar, por meio do deputado federal Beto Mansur, uma emenda parlamentar no valor de R\$ 109.789,00, que será destinada ao departamento municipal de saúde.

“Agradeço imensamente o apoio do deputado Beto Mansur, por atender esse nosso importante pedido. Essa é mais uma conquista do nosso mandato para a população de Paraguaçu. O nosso trabalho não para”, destacou Ian Salomão.

A verba de quase 110 mil reais já está à disposição do Poder Executivo, para que a prefeita Almira Garms possa aplicá-la na saúde municipal.



Ian Salomão conquista importante verba



Deputado Beto Mansur

Audiência Pública

Câmara realiza audiência para discussão do orçamento municipal

A Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal realizou na noite de terça-feira (18) audiência pública para a discussão, junto à população paraguaçuense, do Projeto de Lei 61/17, de autoria da prefeita Almira Garms, que *"estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2018"*. O período para apresentação de emendas é de 16 a 25/10.

Esta Comissão é responsável pela realização de audiências públicas e análise dos projetos orçamentários. O objetivo desta audiência é, além do cunho informativo, o de buscar a participação do cidadão com relação aos assuntos que interessam à sociedade e ao município.

O Orçamento Municipal possui um caráter público não só por ser uma lei, mas também por ser elaborado e aprovado num espaço democrático, por meio de discussões nas sessões da Câmara. A Constituição de 1988 define 3 instrumentos integrados para a elaboração do orçamento, que visam ao planejamento das ações do Poder Público. São eles: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Lei Orçamentária Anual (LOA), objeto desta audiência, consiste no orçamento propriamente dito; contém os programas, projetos e atividades que contemplam as metas e prioridades estabelecidas na LDO, juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento. Dessa forma, define as fontes de receita e autoriza as despesas públicas, expressas em valores, detalhando-as por órgão de governo e por função. A Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município determinam que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano para que possa vigorar no ano seguinte.

A realização de audiência pública está em consonância com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade –, que em seu capítulo IV, art. 44, discorre: No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal é formada pelos vereadores Vitor Bini - presidente; Serginho - vice-presidente, que por motivos pessoais não pôde comparecer; e Neide Teodoro - secretária. Estiveram também presentes o presidente da Casa Ian Salomão e os vereadores Cícero Policial, Josimar Rodrigues, Paraná do Sindicato e Marinho Thimoteo.



Vereadores Neide e Vitor durante audiência



Vereadores participam da discussão



Público acompanha audiência

Câmara julga contas municipais

Contas de 2015 foram aprovadas em Sessão Extraordinária

Na tarde de sexta-feira, 20 de outubro, a Câmara Municipal reuniu-se em Sessão Extraordinária para a deliberação do Parecer Favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alusivo às contas municipais de 2015 - Processo TC-002401/026/15.

Submetido ao Plenário do Legislativo, o Parecer do TCESP foi aprovado por 4 votos favoráveis e 6 contrários. Foi aprovado por não ter atingido o quórum de rejeição, que é de 9 votos contrários. Votaram a favor do parecer os vereadores Paulo Japonês, Serginho, Josimar Rodrigues e Paraná do Sindicato; foram contrários os vereadores Dr. Ricardo, Marinho Thimoteo, Neide Teodoro, Márcio da São José, Cícero Policial e Junior Baptista. Os vereadores Luciana da Adepta e Vitor Bini estiveram ausentes.

Tal decisão foi ratificada por meio de Decreto Legislativo a ser promulgado pela Presidência da Câmara, cujo projeto pertinente também foi aprovado na mesma sessão. Aprovado o Parecer do Tribunal de Contas, conseqüentemente foram aprovadas as contas do município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista alusivas ao exercício de 2015.

Resultados apurados

O Parecer julgado pela Câmara Municipal foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em Sessão realizada em 18/04/2017, com base no Relatório do Conselheiro Relator, que considerou como definitivos os seguintes resultados contábeis:

- aplicação no ensino: 28,26%
- despesas com profissionais do magistério: 77,35%
- utilização dos recursos do FUNDEB: 100%
- aplicação na saúde: 27,28%
- despesas com pessoal: 48,66%

Como de praxe, apesar de favorável às contas, o Tribunal fez recomendações para que o Poder Executivo corrija desvios administrativos e continuará a analisar assuntos que ficaram pendentes, determinando, para isso, a formação de autos próprios, cujos resultados são posteriormente encaminhados ao município para conhecimento.



Sessão para julgamento das contas de 2015

Câmara devolve 400 mil reais à Prefeitura

Presidente Ian Salomão indicou que o dinheiro seja utilizado na construção de salas de aula

Na tarde de segunda-feira, 23 de outubro, o presidente da Câmara Ian Salomão, acompanhado por alguns vereadores, fez a devolução de 400 mil reais à Prefeitura Municipal. Esse dinheiro, entregue à prefeita Almira Garms, refere-se à quantia economizada do orçamento do Legislativo durante o ano de 2017.

“Indicamos à prefeita Almira que esse dinheiro seja utilizado para a construção de salas de aula para as nossas crianças, que estão fora da escola. A prefeita acatou nossa sugestão e, em breve, o projeto será votado na Câmara, autorizando assim que se dê início às obras”, disse Ian Salomão.

Desde janeiro de 2017, o presidente Ian Salomão tem empreendido esforços para uma atuação administrativa eficiente, evitando despesas desnecessárias. Adotou medidas que contribuíram e continuam a contribuir com o atual cenário econômico do país.

“Por meio de algumas medidas, foi possível efetuarmos essa devolução significativa aos cofres do município, sem que isso compromettesse a qualidade dos trabalhos no Legislativo Paraguaçuense.

Logo veremos o resultado dessa importante economia que fizemos na prática, com as novas salas de aula que irão atender nossas crianças, o nosso futuro”, finalizou o presidente da Câmara.



Prefeita Almira e vereadores na entrega do cheque

Executivo

Câmara aprova abertura de crédito para saúde e educação

Reunida em Sessão Extraordinária na segunda-feira (30), a Câmara de Vereadores aprovou projeto da prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de créditos especial e suplementar, no valor de R\$ 850.095,73, ao Orçamento Programa 2017, no Departamento de Saúde e Departamento de Educação.

O crédito especial de R\$ 402.000,00 será aberto no Departamento de Saúde, para atendimento do Projeto 1029 - construção unidades de saúde, pagamento de despesas com obras e instalações (construção UBS Barra Funda VII).

O crédito suplementar de R\$ 448.095,73 será aberto no Departamento de Educação e Departamento de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para atendimento do seguinte projeto e atividade: I - Projeto 1015, reforma/ampliação de unidades escolares, pagamento de despesas com obras e instalações; II - Atividade 2026, operação de assistência farmacêutica, pagamento de despesas com material, bem ou serviço para distribuição gratuita (medicamentos).

Os créditos serão cobertos com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação parcial ou total de dotações. Por conta dos créditos, ora abertos, fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.066, de 2 de janeiro de 2017.

Importante salientar que, a abertura de parte dos referidos créditos decorre da devolução de sobra de recursos financeiros no valor de R\$ 400.000,00 realizada pela Câmara Municipal, no dia 23 de outubro de 2017.



Projeto da Prefeita é aprovado